

Da ple Nigizima Primeira Simas Ordinária do mesmo período aqui da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 24 (vinte e quatro) de abril do ano de 2004 (dois mil e sete).

As dezesseis horas do dia 24 (vinte e quatro) de abril do ano de 2004 (dois mil e sete) sob a Presidência em exercício do Vereador Alexandre Luis Sant'Anna e com a presença da Primeira Secretária pelo Vereador Valcy Rodrigues da Silva, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Após, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Guy Silva do Rocha, Luis Hesse de Aguiar, Alfredo Luiz Nogueira Gonçalves, Fábio dos Santos Mendes, Jordan Pinheiro de Aguiar, Paulo Henrique Lívio de Sant'Anna, Kule Schynald Bezille e Vilas Rodrigues Brito. Havendo número regimental, o Senhor Presidente em exercício declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus, e requer, se lida e aprovada a seguinte Ata: Ata da Nigizima Sessão Ordinária do mesmo período legislatura. O requer o Senhor Presidente em exercício submeteu ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do Expediente que consta do seguinte: AMC - Ordem Supl n° 05/04 - Movimento das Mulheres - Cabo Frio assunto: Soluções o uso da tribuna livre no dia 24 de abril do corrente para a apresentação de Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres; Indicação n° 044/04 - Vereador Fábio dos Santos Mendes, assunto: Soluções ao Exmº Senhor Prefeito Municipal a criação de uma linha escolar de ônibus ligando o Bairro Vila Nova ao Bairro do Amargem, Indicação n° 045/2004 - Vereador Jordan Pinheiro de Aguiar, assunto: Soluções ao Exmº Senhor Prefeito Municipal a transformação do Campo do Bairro Boca do Saco em um campo de futebol padrão oficial, formalidade e leitura do Expediente, o Senhor Presidente em exercício, submeteu o Vereador Kule Schynald Bezille, que, introduziu no 2ª hora Sessão Supl. Supl ao Renário do Casa Legislatura, trazendo ao da tribuna a Senhora Sônia Lopes Souza destacou que o movimento de mulheres encontrava-se em plena ebulição, no sentido de que em todo o Brasil estavam sendo realizadas as preparações e realizações das conferências municipais e no mês de julho as conferências nacionais, culminando em agosto com a conferência nacional com a previsão de participação de duas mil e quinhentas mulheres delegadas. Cabe o requer dos propositores do movimento, sublinhando

que eram priorizados temas voltados para a inclusão social da mulher, a paridade das mesas com relação aos homens no poder e no conteúdo de políticas públicas. Deixou registrado, que a conferência do Caju Frio, seria realizada no dia 26 do corrente mês de 3 às 18 horas em diversas localidades. Agradeceu e atendeu de todos e encerrou seu pronunciamento. A seguir, o Senhor Presidente franqueou a Introdução aos Oradores, emcribi. Ousou a Tribuna como primeiro Orador emcribi, o orador Senhor dos Santos Mendes, que inicialmente saudou a representante do BOMMUNDO de Mulheres de Caju Frio, destacando a importância da política pública de gênero no feminino. Verificou o movimento pelas conquistas. A seguir, disse que havia uma dívida do ex-Deputado Alair Correia para com a sociedade, visto que mesmo ainda não declarando os nomes do empresário e do policial que propuseram modificar as regras do resultado das eleições, através do crime eleitoral de adulteração de urnas. Diante disso que seu pronunciamento naquela sessão estaria voltado a uma cobrança cívica do legislativo. Disse que não queria acreditar que houvesse uma mentalidade de usurpação de funções legislativas por meio de Deputados. Oprimou que contadores e comerciantes de Caju Frio estariam perplexos com as mudanças das regras do "pago tributário" imposto pela Prefeitura a partir dos Decretos 3594 e 3595 de Janeiro de 2007. Oprimou que ele próprio discutira sobre a importância do presença do Secretário de Fazenda na Casa Legislativa no sentido de esclarecer questões ligadas aos precatórios que deveriam ser exclusivamente desviados no âmbito do Casa. Disse ainda, que naquela ocasião já trabalhava com informações a partir de denúncias de funcionários da Secretaria de Fazenda, que se sentiam desrespeitados pela Administração, a partir do instante em que suas funções eram passadas a uma empresa terceirizada - Binix - que passaria a provider as cobranças e controle de ISS. Disse estar empenhado em elucidar a questão quanto a contratação daquela empresa que não constava no último balanço da Prefeitura, e mais que a remuneração da Binix se daria pela produção o que conquistara a participação do estado empresa na arrecadação de município. Oprimou a seguir, que em decorrência de um contrato semelhante no governo do ex-Deputado Alair Correia, também celebrado sem autorização legislativa, culminara em multa ao então Secretário de Fazenda Senhor Jorge Augusto Correia. A seguir, observou que o estado deveria alterar a redação da Lei do Pódogo Tributário, criando um rol eletrônico suplementando o do Complementar e legislação correlata. Disse ainda, também deveria ser alterada toda estrutura dos comerciantes e contadores do município que já haviam no programado pelo antigo sistema e que atualmente recebem uma

ser

nobreção com a criação da multa pelo não cumprimento do disposto nos artigos 15 e 16 da Lei de sua postura do homem público, enfatizando que não permitiria que sua função de virador fosse usurpada por de volta a uma hierarquia ilegalidade quando o Prefeito se envolvido de irregularidade para a de complementar. Disse ainda, haver suspeita de que o contrato com a Bincho poderia ser violado os princípios públicos. Afirma a seguir, que embora naquele momento não estivesse presente, o chefe da Baseada Governista, o Chefe do Executivo Municipal devia responder ao deputado, que porque o ordenamento jurídico brasileiro previa o princípio da anterioridade, portanto, o da tributação não poderia ser modificado no curso do período e aplicado. Disse, que tal fato representava a todos a época amargura da política brasileira de encampamento dos liberais quando se tratava de direito e a população com impostos altos e poucos serviços. Falei a seguir, da importância do respeito e valorização de cada poder em seus respectivos atribuições, ressalte que tinha ao Prefeito regulamentar leis e não aplicar. Foi um aplauso ao estabelecimento da ordem e referiu a necessidade do esclarecimento sobre o contrato celebrado entre a Prefeitura e a empresa Bincho para que fossem eliminadas todas as dúvidas, no que enunciei sua fala. A seguir fez uso da Tribuna a Viradora Kete Schubert Reuske, que inicialmente, discorreu sobre a importância da mulher na sociedade, enfatizando a importância da erradicação da violência doméstica. Falei sobre a relevância da Lei do Buro da Polícia que caracteriza o grande avanço dos direitos femininos relacionados a violência e seus desdobramentos. Falei ainda quanto a sua felicidade em ver a representação das mulheres no legislativo municipal quando as mesmas buscaram seus mandatos, depois no executivo. Continuando, discorreu sobre a trajetória feminina no cenário brasileiro e frisou que na atualidade o maior posto do Poder Judiciário era ocupado por uma mulher, a Juíza Ellen Graça. Discorrendo, comentou sobre a situação de discriminação de uma mulher dentro do Poder Legislativo, enfatizando a relevância da continuação da luta feminina no pleito à inclusão em todos os âmbitos. Enunciei na fala destacando que na próxima semana estaria apresentando um Projeto de Lei dispondo sobre a criação da Coordenadoria de Políticas para Mulheres. Não havendo mais Oidores inscritos para o uso da Tribuna, o Senhor Presidente conduziu os trabalhos para a Ordem do Dia. Desta etapa, foi aprovado Projeto de Lei nº 14.2007, sendo a seguir, em anexo para a Comissão de Finanças, Orçamento e Administração para que nos

na empresa buscar em prazo regimental finalizando este regimento, foram apenas duas incidências no 044/2007, Dist. 1007. Nada mais havendo a falar, o Senhor presidente em nome do presente Conselho em nome de Deus, e, para constar, manifestou que se lavrasse o presente Acto, que depois de lido, submetido o Apreciado Acórdão aprovado, não assinado para que produza seus efeitos legais.

7. *[Assinatura]* Rute Schmitt.

• *[Assinatura]* Valter Rodrigues da Silva

Acto da Assembleia Geral Ordinária do número 11 do Conselho Administrativo do Município de São João, realizada no dia 26 (vinte e seis) de abril do ano de 2007 (dois mil e sete).

Os duplo horas do dia 26 (vinte e seis) de abril do ano de 2007 (dois mil e sete) sob a presidência do Vereador Jus Geraldo Borges de Aguiar e com a abertura da Sessão Legislativa pelo Vereador Valter Rodrigues da Silva, reuniram-se Ordinariamente a Câmara Municipal de São João. Após a leitura, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Rui Silva da Rocha, Aires Sousa de Figueiredo, Alexandre dos Santos, André Luiz Soares Gonçalves, Sérgio dos Santos Mendes, Volun Cândido de Aguiar, Rute Schmitt Mendes, e Valter Rodrigues. Sendo havendo número regimental, o Senhor presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus, e, para constar, e aproximado a seguinte Acto: O do Ilustreíssimo Senhor Presidente do número 11 do Conselho Administrativo. A seguir, o Senhor presidente após o cumprimento do rito regimental redigiu ao Senhor Senhor Vereador a seguinte Expediente com o seguinte: Ofício 31529/2006 - Tribunal de Contas RJ, assunto: Encaminha o relatório e o parecer prévio favorável com ressalvas e determinações sobre as contas de gestão do Prefeito do Poder Executivo bem como o relatório e o parecer prévio favorável sobre as contas de gestão do Prefeito do Poder Legislativo, referente ao exercício de 2005 - número 209.542-9/06. Ofício 10002-01 n.º 29/2007 - Prefeitura Municipal de Magimim n.º 22/2007 - nº 06 de 20 n.º 06/2007, assunto: Autoriza o Poder Executivo a celebrar acordo de compartilhamento dos diários do Município para com o Município de Bimphos e Assistência aos Servidores Municipais de São João - 198/2007 em anexo de contabilidade previdenciária dos servidores da Administração Direta e Indireta, na forma que menciona; Ofício 10002-01 n.º 30/2007 - Prefeitura de